

UHE Ji-Paraná e a conversa com os índios Gavião e Arara em maio de 1989.

CEDI - P. I. B.
DATA 08 12 89
OND 177

É falar de corda em casa de enforcado.

O reservatório alaga 11% da área indígena.

A água que represará os igarapês Azul, Jatuarana, Lourdes, Setembrino e Prainha até a metade de seus cursos, torna as vertentes que os separam em penínsulas, impactando 50% da área indígena.


Todas as aldeias Araraç serão atingidas. A principal aldeia Gavião, às margens do igarapé Lourdes, também será atingida.

Todo o seu manacial d'água será comprometido pois todos os igarapês afluem para o rio Ji-Paraná. O comprometimento de toda a fauna e flora, sobretudo as castanheiras e seringueiras, aldeias velhas e cemitérios, além do comprometimento mítico (os Ganjan-ei seres que regulam os rios, chuvas e trovões) tornam qualquer conversa a respeito da UHE JP 14 em sêlo da morte.

Poderiam sobreviver em outra bacia - o rio Branco, do outro lado da Serra da Providência, terra original dos Gaviões, já bastante ocupada por latifúndios, pastagem e exploração de madeira. Esta área fazia parte do grande parque Aripuanã delimitada por Francisco Meireles, território Gavião que os unia às áreas Zoró, Cinta Larga e Suruí, formando um universo tupi em terras contínuas.

O impacto do contato com a sociedade nacional obrigou os Gavião a ocuparem o território dos Arara (Atual área indígena Igarapé Lourdes) e seu território foi ocupado por grandes latifundiários do sul (Fazenda Castanhal, Mudança, Central, etc).

A alternativa de sobrevida que possamos lhes oferecer seria não compensação pela área alagada, mas resgate de seu território. O processo de desmate e transformação em pastagens é imenso. São



grandes e fortes grupos os proprietários e a área é toda no Estado de Mato Grosso. Os índios iriam pros pastos? Ou melhor, aceitariam voltar às suas terras, agora pastos?

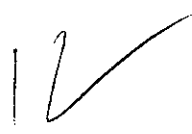
A área intacta, ao norte, entre as cabeceiras do rio Madeirinha e rio Branco estão presentes pelo menos 03 grupos de índios arredios.

Os Arara iriam prá onde?

Sobreviventes da escravidão dos seringalistas e, reduzidos a 1/4 de seu território pela ocupação dos Gavião, não terão saída. A não ser que os índios Gavião voltem para seu território hoje ocupado pelas fazendas e deixem as cabeceiras do Igarapé Prainha para os Arara. Atualmente, a pequena parte que lhes coube dentro da área indígena Igarapé Lourdes será alagada. Ao norte e oeste deste quarto também será atingido pelo reservatório. O flanco leste, ocupado pelos Gavião. Como peça de resistência se fixaram aí nos últimos 06 anos contra os invasores brancos pela linha de penetração dos Projetos do Incra e o Nuar de Nova Colina. Ao sul, a fazenda Triangulina e outros pastos.

O grupo Arara é o último remanescente tupi da família rama-rama. O Gavião, também um grupo tupi, pertencem à famíliamondê como seus vizinhos Zoró, Cinta Larga e Suruí. Apesar do mesmo tronco linguístico, a língua Arara é bem distinta e diferenciada, não havendo entendimento mútuo.

O bombardeio de impactos da sociedade nacional sobre estes grupos é incessante. Desde o contato até hoje a presença do branco é contínua e implacável. Os seringalistas Firmino e Miúda que os alijaram e escravizaram; a preconização da missão Novas Tribos que, enfim, foi expulsa pelos índios; os madeireiros e pecuaristas; a contínua invasão dos posseiros e a batalha da linha do Incra em Nova Colina; o fluxo migratório e expansionista resultante do asfaltamento da BR 364; a explosão demográfica de Ji-Paraná e adjacência; a falência da instituição tutora - FUNAI e sobretudo, a falência e miséria de todo o país.



Não acreditam mais em conversas ou promessas de brancos. Suas frustrações nesta relação só tem corroborado esta decisão. A demarcação de suas terras só se deu após fazerem refêns invasores e lutarem bravamente, além de instalar uma aldeia junto à linha de penetração do Incra, e o Nuar de Nova Colina. Ainda persiste a estrada que dá acesso às fazendas Castanhal, etc., do outro lado da serra Previdência e que corta o sudeste da área com um trânsito contínuo de madeira.

No contexto do descrédito aos brancos:

A questão da terra dos índios Zoró vem se arrastando com o enclave da Vila Paraíso da Serra, das invasões de posseiros e madeireiros e uma indecisão criminosa da sociedade nacional que consolida cada vez mais a penetração. Juntos, Gavião, Arara, Cinta Larga, Suruí e Zoró atacaram os invasores o ano passado, houve um rebuliço na área, vieram e foram autoridades. De concreto o corpo carbonizado de um índio Suruí jogado numa vala à beira da estrada.

Da questão Zoró nada a dizer, a não ser inoperância, descaso e leviandade. Na semana anterior em que estivemos em Ji-Paraná os Zoró haviam sequestrado um trator e um caminhão de madeireiros que estavam, lógico, dentro da área e bem próximo da aldeia. Os índios não têm mais a quem dirigir. Todas as suas necessidades das mais básicas não são atendidas.

O Zoró é o grupo indígena mais próximo dos Gavião. Além de falarem a mesma língua, têm vários casamentos entre si (moram mais de 36 Zoró entre os Gavião) e são aliados tradicionais contra os demais grupos, principalmente os Suruí.

A casa do índio em Ji-Paraná foi adquirida por eles.

A única viatura e motor de barco que têm é mantida com recursos da borracha que extraem. A Funai presente com funcionários públicos, sem recursos ou projetos.

O Polonoroeste assegurou-lhes a demarcação, mas, asphaltando a BR364 abriu a porta a uma invasão descontrolada e caótica.

A casa do índio em Ji-Paraná é uma lástima. Estivemos na administração da FUNAI em Ji-Paraná. Não estava o chefe. Os funcionários conversavam todos numa sala. Nada havia para se fazer. Não tinham recursos, Não havia nenhum projeto, nenhuma operação a fazer. Somente uma enfermeira dedicada fazendo mágicas entre os parques medicamentos espalhados sem prateleiras ou armários.

Quando chegamos a Ji-Paraná as lideranças indígenas não estavam. Havíamos telefonado anteriormente e combinado que encontraríamos na sexta, dia 05 de maio. Soubemos que haviam ido a Porto Velho com um madeireiro para firmarem um acordo sobre a venda de madeira na área indígena.

A FUNAI, cumprindo a nova constituição, não poderia vender, Os índios, com a falência da FUNAI, passando necessidades e pressionados pelos madeireiros tentariam vender com o aval do juiz federal de Porto Velho.

Soubemos pelos índios que iriam vender 8.000m^3 e pelo chefe do Posto Iterap que seria 10.000m^3 e que o juiz solicitava um projeto de aplicação do dinheiro.

O Chefe do PI Iterap nos disse que estava elaborando o projeto: construção de enfermaria, casa sede do posto, escola, viatura, motor de popa, etc... enfim, infra estrutura que sempre fora competência da FUNAI. Os índios nos disseram que não estavam contentes e desconfiados, pois o dinheiro se destinaria mais às obrigações da FUNAI.

Os índios chegaram na noite de sexta. Sábado pela manhã tivemos a reunião com eles. Presente as lideranças Gavião e Arara - Catariño, Roberto, Chiquito, Fernando, Pedro e Outros.

Da FUNAI o Chefe do PI Lourdes.

Notava-se uma inquietação entre os índios. O madeireiro estava do lado de fora da reunião também os esperando para decidir a questão da madeira.

Os líderes mais velhos, tristes - tanto a acordo da madeira quan

to o projeto hidrelétrica eram assuntos de brancos, feriam diretamente o mundo indígena e eles preferiam que não houvessem.

Por que precisar de vender madeira? Por que a FUNAI já não cumpria sua obrigação de assistência e proteção? Por que hidrelétrica na terra deles? Por que tanta ingerência de brancos?

Todos os índios falaram e todos protestaram veemente contra a possibilidade do reservatório atingir a área indígena e recusaram, por achar desnecessário, qualquer outro estudo na área.

Disse que sabiam da possibilidade de compensação da terra, do resgate de suas terras do outro lado da Previdência.

Não querem e não acreditam. E mais, na opinião isolada de um índio: " Não é opinião dos índios, da comunidade, é opinião minha, de cacique: Se o governo tirasse todas essas fazendas antes da construção de barragem, essas fazendas Castanhal e as outras que ficam na terra dos Gavião e Suruí, o governo comprasse essa terra pra ficar livre e depois, essa área que foi fazenda, a mata ia crescendo outra vez e juntando a caça que foi debandada com a derrubada. Porque hoje em dia não tem mata, tá toda brocada. É minha opinião. Os índios não querem de jeito nenhum".

Os índios não querem a fazenda...

A alternativa da terra entre os rios Brancos (Zoró), as cabeceiras do rio Madeirinha (Índios arredios-tupikawahib) e a serra da Previdência contígua às áreas indígenas Zoró, Cinta Larga e Suruí, formaria uma grande território tupi. Um flanco que separaria o noroeste do Estado de Mato Grosso com o norte de Rondônia, entre as influências regionais das rodovias MT 206, BR 230, BR 364 e Transamazônica.

Apesar de nos parecer altamente estratégico ao grupo a preservação da unidade linguística e cultural, um somatório de forças, aos índios, se por impossibilidade de uma macrovisão de "civilização" ou por ser mais forte a diferença entre eles., esta unidade territorial não lhes desperta. Ou mesmo porque ela já exis

tiu e não se sustentou, ou porque hoje, este território desfacelado está invadido e as autoridades pouco fazem.

A luta intestina em cada grupo, em cada aldeia já é muita. Correspondia, antes da chegada do branco, pela manutenção e ocupação dos territórios de caça, da localização das aldeias, das alianças familiares, de grupos com costumes comuns e o embate e resistência à diferença de outros grupos vizinhos e suas guerras por mulheres e espaço. Não se lutava por propriedade. O espaço e a vida era uma conquista de vigilância diária.

A chegada do "branco", a ocupação e exploração de suas terras, mão de obra, a violação de seus costumes, é a chegada do inimigo comum. Nem por isso deixaram as lutas internas e nem perderam as diferenças entre grupos.

A relação com o branco, suas posses, comércio e decadência, por não entenderem, lhes anima uma faceta de falsos conluios, egoísmo e encanto pelo supérfluo. É a batalha mais difícil na nova guerra do viver. Além de homens, morre-se idéias e conceitos, o que significa o próprio extermínio.

A febre de Rondônia passou. O fracasso dos assentamentos do Incra, o fim da madeira, várias famílias voltam pro sul ou vão se aventurar nas novas fronteiras - Acre ou Roraima.

As cidades estão paradas. Os homens em sua maioria, no comércio ou funcionários ou na aventura de garimpos de cassiterita ou ouro.

Em Cuiabá, quando voltamos, entramos em contato com a Coordenadora de Índios Isolados da 2ª SUER/FUNAI para maiores informações sobre os grupos arredios da área do rio Madeirinha e rio Branco.

Tem uma equipe da FUNAI acampado às margens do Igarapé dos Índios, afluente do Rio Branco. Dois Índios de um dos grupos arredios entraram em contato com o acampamento. Os intérpretes, ín-

14

dios Parintintin, conseguiram entendê-los, o que significa ser um grupo de língua tupi Kawhib.

O contato já se estabelecia e preparavam para encontrar os demais índios. Também por estes índios souberam ou confirmaram a existência de mais dois outros grupos na região, próximo Igarapé Rosinha afluente do Rio Madeirinha.

A reunião de Ji-Paraná não foi tranquila.

Nossa visita se propunha: 1) a manter os laços de confiança e o canal de interlocução entre a ELETRONORTE e a Comunidade Gavião e Arara; 2) Dar-lhes notícias de como estão as propostas da Eletronorte em relação a UHE JP 14; 3) Evitar que a falta de informação por parte da Eletronorte consolide boatos e deturpações adversas 4) E, se quisessem, um estudo de viabilidade ou inviabilidade pelo ponto de vista dos índios, com levantamento, quantificação e interpretação mais rigorosa do impacto da obra em seu território. E que não deixasse margem à sociedade nacional, e sobretudo rondoniense, de que a inviabilidade do projeto pudesse ser devido a inflexibilidade dos índios.

Não o é.

Já foram feitos através do CNEC - antropólogos Rinaldo Arruda e posteriormente Lars Lovold e Elizabeth Forseth estudos e levantamentos que caracterizaram os grupos, acenavam com proposta de compensação territorial e alertavam sobre a dimensão do impacto do empreendimento nestas sociedades.

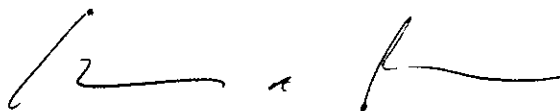
Detalhar, qualificar, diagnosticar e prognosticar a possibilidade de vida destas sociedades sob o impacto da JP 14 é o que tentariamos mais precisar. E, tínhamos um cuidado enorme como colocar esta questão, pois parecia-nos uma necrópsia.

Os índios nunca aceitaram a entrada ou instalação de nenhum aparelho de hidrometria, pluviométrico ou de topografia na área indígena. Aceitaram a entrada dos Antropólogos e consideraram que já foi bastante e, nada mais têm a conversar a respeito. Esta posição

12

mais se fortaleceu após a reunião de Altamira que participaram em fevereiro último, e de todo o movimento internacional em defesa da Amazônia (Catarino Sebirop, líder Gavião, segue neste mês de junho para a França para participar de um programa da TV 1 francesa em defesa da Amazônia).

Resistimos e resistiremos - a palavra final dos índios.



SÍLBENE DE ALMEIDA

Consultor Indigenista